

# Arrocho sobre as Universidades

## Isenção do ICMS de produtos exportados reduz, significativamente, transferência para as Universidades Estaduais Paulistas

Em setembro foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei Complementar nº 87, que implica a renúncia de parte da arrecadação de ICMS, com a desoneração das exportações e de bens de ativo fixo. No entanto, o Governo Federal ficou obrigado a repassar aos estados e municípios montante igual ao da renúncia fiscal.

No projeto de lei nº 644 de 1996, encaminhado à Assembléia Legislativa, o governo do Estado estima que a arrecadação total de ICMS em 1997 será igual a R\$ 22.746,9 milhões (a preços de dezembro de 1996) e que, como decorrência da Lei Complementar 87/96, deixarão de ser arrecadados R\$ 1.086,8 milhões. Na mesma peça orçamentária, está contabilizada a transferência da União ao Estado de São Paulo de R\$ 815,1 milhões (75% de 1.086,8 milhões) como ressarcimento da quota-parte estadual de ICMS não arrecadada em virtude da referida lei.

Quando se examina a dotação das universidades estaduais paulistas nesse projeto de lei, constata-se que os repasses do governo do estado totalizam R\$ 1.589,1 milhões, correspondendo a 9,57% apenas da quota-parte estadual do ICMS, não incluindo a mencionada transferência do governo federal.

A conclusão é que, se aprovada a Lei Orçamentária para 1997, conforme a proposta do executivo, as universidades estaduais paulistas receberão apenas 9,13% da quota-parte estadual do "ICMS efetivo".

O Fórum das Seis está preparando propostas de emendas à Lei Orçamentária de 1997 e vai submetê-las às lideranças de todos os partidos na Assembléia Legislativa, de modo a assegurar que a transferência de recursos às Universidades tenha como base o "ICMS efe-

tivo". Do contrário a vitória que obtivemos em junho na Assembléia Legislativa, a custo de muita luta, suprimindo o redutor sobre o crescimento da arrecadação do ICMS, cai por terra.

Estamos cobrando das reitorias da USP, Unesp e Unicamp, e do Cruesp, providências firmes e imediatas para defesa das universidades estaduais paulistas.

### DEBATE

#### **Impactos das mudanças na legislação do ICMS sobre o orçamento da Universidade**

Prof. Dr. Geraldo Biasoto  
Instituto de Economia - Unicamp

Dia 31/10 - Quinta-feira  
Às 12:30 horas - CB-09

### Sede Própria

A inauguração da Sede Própria da Adunicamp será dia 14 de novembro às 17:30 horas.

Anote em sua agenda!

## Novos ataques aos trabalhadores

Neste momento em que cresce o desemprego, os salários perdem poder de compra e o número de excluídos aumenta, o governo FHC, ao invés de atacar os problemas estruturais de nosso país, atende, mais uma vez, às exigências das instituições financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial etc) na aplicação do ajuste neoliberal.

O governo, através de Medida Provisória e decretos, emitiu um pacote que agrava o desemprego, elimina direitos previdenciários do conjunto dos trabalhadores e ataca direitos sindicais.

Somos favoráveis à extinção da aposentadoria especial de juízes classistas, como já registramos diversas vezes. No entanto, uma única medida no meio de um todo anti-popular é hipocrisia.

Este pacote contém medidas que já foram aplicadas em outros países, como por exemplo na Argentina, gerando o crescimento do desemprego, da pobreza e da exclusão social.

O governo, com este pacote afetará não só a vida de centenas de milhares de trabalhadores do setor público (demissão, eliminação de direitos previdenciários, econômicos e sindicais) e de suas famílias, mas também o conjunto dos trabalhadores que estão sujeitos a condições penosas, insalubres e perigosas no trabalho e, conseqüentemente, a acidentes e doenças profissionais.

Ao creditar aos servidores públicos e das estatais a responsabilidade pela expansão do déficit público, o governo mente. São altíssimos juros pagos sobre o estoque da dívida pública, interna e externa, os principais responsáveis.

O déficit com pessoal e custeio é inexpressivo. O país tem apresentado déficits operacionais por meio do crescimento descontrolado dos serviços financeiros, ou seja: os juros pagos pelo setor público, correspondentes ao seu elevado e crescente endividamento.

Os principais fatores determinantes da expansão da dívida pública interna — cresceu mais de 150% em apenas 22 meses — não pela ordem: a) juros exorbitantes oferecidos pelo Banco Central aos especuladores (internos e externos) na venda de títulos públicos, com o objetivo de retirar de circulação o volume de dinheiro (reais) trocados pelos dólares que ingressam no país; b) as negociações realizadas com os maiores caloteiros do país — usineiros, banqueiros e latifundiários.

Com as atuais medidas, o governo imagina economizar R\$ 6,5 bilhões. A mesma quantia gasta só com o socorro ao Banco Nacional.

Por meio de um discurso demagógico, o governo objetiva, principalmente restringir o acesso à previdência

de trabalhadores sujeitos a acidentes no trabalho e doenças profissionais, além de um enorme contingente de trabalhadores urbanos que foram expulsos, no passado, do campo.

Assim, o governo FHC, ao contrário de aumentar a fiscalização e punição à grande maioria das empresas, que não oferecem condições mínimas de segurança no trabalho, resolveu responsabilizar também como culpados de mais de 400 mil vítimas anuais de acidentes no trabalho, ou seja: as vítimas foram transformadas em culpadas.

A demissão de mais de 100 mil trabalhadores do setor público só aumentará o desemprego no país e agravará, ainda mais, as precárias condições dos serviços prestados àqueles mais dependentes dos serviços sociais oferecidos pelo Estado.

A preocupação central do governo FHC é promover, deliberadamente, a precarização dos serviços públicos, com o intuito de justificar a eliminação.

O compromisso continuado com a ampliação e melhoria dos serviços públicos e de proteção social; está muito distante da gestão FHC. A intenção — contida no pacote em se apropriar dos recursos disponíveis para atender ao seguro desemprego, para cobrir rombos financeiros do Estado, torna mais evidente, ainda, o caráter anti-social do pacote.

Para tentar impor sua vontade imperial, FHC ataca direito de organização e de negociação dos trabalhadores, demonstrando novamente sua incapacidade em reconhecer a legitimidade do conflito de interesses, como parte integrante de uma sociedade democrática.

Ao invés de procurar atender aos anseios da maioria da população, FHC preocupa-se prioritariamente com sua reeleição.

Por último, a atitude de tomar decisões por meio de Medidas Provisórias, que afetam a vida de setores que crescentemente são lançados à exclusão, revela o descaso de FHC com as instituições representativas de uma sociedade democrática: o Congresso Nacional, as organizações sindicais dos trabalhadores e demais entidades da sociedade civil.

Diante disso, a CUT lutará com todos os instrumentos pela revogação dos decretos e pela rejeição das Mps. Desde já buscaremos apoio dos mais amplos setores da sociedade, inclusive dos congressistas — pois sobre eles recairá a responsabilidade de tomar decisões definitivas sobre esse pacote autoritário, anti-social, anti-sindical, anti-cidadão.

**Executiva Nacional da CUT - São Paulo, 17 de outubro de 1996. Publicado pela ANDES-Sindicato Nacional em 21/10/96.**

Informe Publicitário

### Cartão de Crédito BANESPA VISA afinidade UNICAMP

#### Você sabia?

✓ Que no Brasil a utilização de cartões a exemplo de outros Países vem aumentando e que em um futuro próximo será o meio mais utilizado comercialmente;

✓ Que a anuidade do afinidade/UNICAMP está abaixo do preço do mercado;

✓ Que o afinidade UNICAMP é um cartão de crédito internacional e múltiplo, ou seja, também movimentar sua conta bancária, substituindo assim o cartão convencional, reduzindo portanto seu custo;

✓ Que você tem 03 meses de anuidade grátis, pois a primeira parcela será paga após 90 dias de recebimento do cartão na sua residência ou local indicado na proposta;

✓ Que 45% da anuidade que você paga fica para a UNICAMP e portanto estará contribuindo com sua instituição.

CARTÃO AFINIDADE UNICAMP VISA, O SEU CARTÃO (PROCURE UMA DAS UNIDADES DO BANESPA, OU UMA DAS EQUIPES EM ATUAÇÃO NO CAMPUS)